

**HABEAS CORPUS Nº 473.898 - SC (2018/0269071-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
TAUSER XIMENES FARIAS - BA040882  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : L F DOS S (INTERNADO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de L F DOS S, contra decisão de Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC n. 4024613-46.2018.824.0000).

Extraí-se dos autos que o Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Joinville/SC negou a progressão de medida socioeducativa requerida em favor do paciente e manteve sua internação.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, tendo a Desembargadora relatora não conhecido da impetração em decisão acostada às fls. 67/70.

No presente *mandamus*, a impetrante alega que a decisão que negou a progressão de medida socioeducativa ao paciente carece de fundamentação idônea, configurando, assim, constrangimento ilegal sanável pela via do *habeas corpus*.

Salienta que o relatório apresentado pela equipe do CASE é favorável à aplicação de medida mais branda no caso concreto. Salienta que a internação perdura por quase 1 ano e 8 meses e que a gravidade do ato infracional não serve para impedir a progressão.

Requer, assim, em liminar e no mérito, o abrandamento da medida socioeducativa. Subsidiariamente, pleiteia que seja determinado o conhecimento da impetração originária pelo Tribunal *a quo*.

O pedido liminar foi deferido para determinar "*que o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina proceda ao exame do writ lá deduzido*" (fl. 82).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (parecer de fls. 145/147).

É relatório.

Decido.

Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, esta Corte não admite *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente.

Esse entendimento foi observado, em parte, pelo Tribunal *a quo*, que, embora tenha deixado de conhecer do *writ* originário por inadequação da via eleita, não analisou a ocorrência de flagrante ilegalidade capaz de justificar a concessão da ordem de ofício.

Confira-se, a propósito, o seguinte trecho do acórdão:

*Compulsando os autos, denota-se que a insurgência diz respeito à eventual irregularidade na condução de processo de execução de medida socioeducativa, especificamente, na apuração de eventual progressão da medida para condição de liberdade assistida, matéria que deveria ser debatida por meio do recurso de agravo (LEP, art. 197) e cujo exame, na estreita via do habeas corpus, somente é autorizado quando caracterizada a manifesta ilegalidade, o que não se observa de plano. (fl. 69)*

A apreciação do objeto deste *mandamus*, portanto, acarretaria indevida supressão de instância.

Dessa forma, não conheço do *habeas corpus*, mas concedo a ordem, de ofício, para, confirmando a liminar, determinar que o Tribunal de origem proceda ao exame do *writ* lá deduzido, verificando a eventual existência de flagrante ilegalidade que autorize a concessão de *habeas corpus* de ofício.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator